



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**AVANÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL:
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E
SUA PERSPECTIVA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Aline Raquel Speth Rothmund

**Sobradinho, RS, Brasil
2014**

**AVANÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA
ANÁLISE DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E SUA
PERSPECTIVA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Aline Raquel Speth Rothmund

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Latu Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Cláudia Letícia de Castro do Amaral

Sobradinho, RS, Brasil

2014

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a temática da ampliação da jornada escolar em tempo integral, como política pública, oferecida através do Programa Mais Educação proposto pelo Governo Federal a partir de 2007, bem como compreender sua organização e desenvolvimento no município de Arroio do Tigre – RS (2013 – 2014), tendo como problemática o entendimento dos avanços e desafios do Programa Mais Educação, em uma dimensão da educação integral e sua estreita ligação entre a ampliação da jornada escolar a uma maior qualidade da educação básica. Primeiramente foram apresentadas algumas considerações sobre política pública e sua relação com a gestão democrática. Em seguida, restauram-se fatores que marcaram, na história da educação, a necessidade de ampliação de atendimento da criança na escola. E por fim, apresentou-se o Programa Mais Educação e a sua implantação no município de Arroio do Tigre. O método utilizado nesta pesquisa foi o estudo de caso, cujo referencial repercute no Programa Mais Educação e sua política educacional, diretamente relacionada com a gestão educacional e a inquietação com educação de qualidade. Em síntese, observou-se que essas práticas educativas são indutoras de qualidade na educação do município e seguem os princípios da Gestão Democrática da educação. Em termos de avanços, verificou-se a melhoria da autoestima, do interesse e dos resultados escolares dos alunos no contraturno. Quanto aos desafios destacam-se: a dinamização das aulas no turno regular; o aumento da quantidade de alunos que participam do Programa; a reavaliação das práticas por meio da educação continuada; e o diálogo efetivo, coordenado e supervisionado entre coordenadores, professores e monitores.

Palavras-chave: Educação integral. Programa Mais Educação. Gestão Democrática.

ABSTRACT

This study aims to analyze the theme of expansion of full-time school day, as public policy, offered through the Brazilian program “Mais Educação” proposed by the Federal Government from 2007, as well as understanding its organization and development in the municipality of Arroio do Tigre-RS/Brazil (2013-2014), in order to have a problematic understanding of the advances and challenges of “Mais Educação” program, in a dimension of integral education and its close linkage between the extension of the school day to a higher quality of basic education. First it was presented some considerations about some public policies and their relationship with the democratic administration. Then the some aspects of history of education were presented demonstrating the need to expand the child's attendance at school. Finally, It was analyzed Mais Educação Brazilian Federal Program in Arroio do Tigre context. The method used in this research was the case study, In summary, it was observed that these educational practices are inducing quality in education and follow the principles of democratic administration of education. In terms of advances, there has been the improvement of self-esteem, of interest and of the results of school students in counter school time. Some challenges are: the promotion of regular shift lessons; the increase in the number of students participating in the program; the re-evaluation of practice through continuing education; and the effective, coordinated and supervised dialogue among coordinators, teachers and monitors.

Keywords: integral education. Mais Educação Brazilian Education Program. Democratic Management.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 06 |
| 1. DA EDUCAÇÃO AO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO | 11 |
| 2. EDUCAÇÃO INTEGRAL E O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS..... | 16 |
| 3. UMA ANÁLISE SOBRE AVANÇOS OBTIDOS, OS DESAFIOS E OS DESEJOS EM RELAÇÃO À PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE..... | 23 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 27 |
| 5. REFERÊNCIAS..... | 30 |
| 6. ANEXOS | 33 |

INTRODUÇÃO

Neste século, muito se discutiu sobre a educação, em que vários autores e pesquisadores brasileiros em educação redescobriram e retomaram a temática da educação integral como aquela que considera os sujeitos na sua pluralidade, como um ser que deve desenvolver as suas capacidades físicas, psicológicas, intelectuais, morais (COELHO e MENEZES, 2007).

Sua importância vem sendo confirmada pelas políticas públicas, tornando-se presente nas mais recentes legislações educacionais que, por meio de suas determinações, ampliam a jornada escolar e o espaço educativo nas redes públicas de ensino.

Diversos temas em discussão que permeiam a educação pública remetem a refletir sobre a educação integral, associando-se à reformulação da escola, em tempo integral, com espaços e profissionais preparados para isso. O programa Mais Educação vem com a proposta de complemento das oportunidades no processo ensino-aprendizagem, por meio de atividades educativas diversificadas, articuladas ao aproveitamento do espaço escolar e demais espaços da comunidade local, indicando a ampliação da jornada escolar em tempo integral.

O anseio do tema da pesquisa é motivado pelo interesse em investigar e compreender as práticas educativas em tempo integral no contexto de programas governamentais, com ênfase no Programa Mais Educação e propõe-se a analisar a concepção de educação integral a partir do Programa Mais Educação, que faz parte do Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) divulgado a partir de abril de 2007. O estudo justifica-se pela relevância que a educação integral passa a ter no contexto das políticas públicas educacionais e a necessidade de compreensão e aprofundamento do tema. Tem-se como problematização central desta pesquisa buscar um entendimento maior acerca: **Em que medida o Programa Mais Educação traz avanços e desafios para a educação básica considerando-se a implantação da educação integral em uma escola municipal do município de Arroio do Tigre?**

Diante dessas considerações, o presente trabalho tem por objetivos: analisar a concepção de educação integral expressa na Portaria Interministerial nº17/2007 que institui o Programa Mais Educação; ponderar sobre a temática com os sujeitos responsáveis acerca da efetividade da educação integral por meio do Programa

Mais Educação, analisando os desafios e os avanços alcançados para a educação integral; e contextualiza a análise de sua organização e desenvolvimento em uma escola municipal de ensino fundamental do município de Arroio do Tigre.

Compreender a importância da educação, por meio de ações complementares ao processo educacional, leva a valorizar aprendizagens significativas com a ampliação qualitativa de tempos e espaços diferenciados de ensino, compreendendo assim como a sociedade se propõe para superar desafios, especialmente na área educacional.

Para a efetivação da pesquisa acerca dos objetivos propostos, realizou-se levantamento bibliográfico e estudo em documentos acerca do tema em questão; entrevistas com os sujeitos envolvidos no programa; observação do cotidiano de uma escola que o colocou em prática, analisando seus tempos e espaço, anseios e desafios enfrentados por educadores da educação integral.

O trabalho se desenvolverá com caráter qualitativo, a qual envolve análise e interpretações contextualizadas acerca de muitas ferramentas de pesquisa para demarcar o conhecimento. Assim, o processo metodológico consiste em estudos bibliográficos, observação sistemática, questionário, entrevista com os envolvidos e análise documental na perspectiva de fomentar a relevância no processo ensino aprendizagem dos alunos e prováveis contribuições no currículo escolar.

A análise qualitativa, que se caracteriza por um processo indutivo, a fim de compreender de fato o universo em que o indivíduo está inserido. Segundo André (1983), ela visa a apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, bem com o captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto. Deve-se considerar que, nos passos metodológicos na abordagem qualitativa, o pesquisador deve ponderar o contexto com a realidade pesquisada, associado aos pressupostos teóricos que sustentam seu projeto.

Ao estudar uma particularidade para entender a totalidade, utiliza-se como método, o estudo de caso que, de acordo com Gil (2008, p.76), “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”, desta forma, pode-se compreender o objeto de estudo a fim de obter informações.

As escolhas metodológicas da pesquisa levaram em consideração o contexto estudado e as revisões bibliográficas e as análises documentais que possibilitassem

uma apreensão das principais medidas e intenções que vem implicando a definição do objeto de estudo. O estudo bibliográfico se faz necessário por averiguar materiais já elaborados e contrapor com observação da prática. Conforme Gil (2008, p. 69):

[a] principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (2008, p. 69)

Do mesmo modo, a pesquisa documental consiste na exploração das fontes documentais (GIL, 2008), uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008).

Para formular dados no que tange à compreensão do Programa Mais Educação por professores, gestores, pais e alunos; utilizaram-se a entrevista e o questionário como técnicas de obtenção de dados. Conforme Gil (2008, p.128), entrevista é:

[a] técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (2008, p.128)

A entrevista, assim, consiste basicamente em obter informações sobre o que os sujeitos sabem, acreditam, pretendem realizar, bem como suas razões para os fatos anteriores. A entrevista é o diálogo com perguntas e respostas a fim de obter informações relevantes por parte do entrevistado. Já o questionário baseia-se em um método de investigação, composto por questões apresentadas por escrito que tem por objetivo propiciar determinado conhecimento ao pesquisador.

De acordo com Gil (2008, p.140), a construção de um questionário significa traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas. Através das respostas obtidas “é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa”.

Diante destas considerações, este trabalho visa a analisar a temática da ampliação da jornada escolar em tempo integral como política pública, apresentada através do Programa Mais Educação proposto pelo Governo Federal a partir de 2007, bem como situar sua organização e desenvolvimento no município de Arroio do Tigre (no período de 2012 a 2013) apontando os avanços e desafios da implementação dessa política. Dessa forma, será realizada uma análise de questões referentes à concepção de educação de tempo integral explicitadas em diferentes fontes. Com o intuito de ressaltar a relevância da educação integral e tempo integral na sociedade brasileira, vale lembrar que o tema vem parecendo estar sendo um ideal na legislação educacional e parece ser um desejo que muitos professores e comunidades almejam.

Neste estudo, como já mencionado, utilizou-se uma abordagem qualitativa, visando a problematizar e analisar os dados da pesquisa, considerando os sujeitos e o contexto do qual estão inseridos e procura realizar a interpretação dos dados e fenômenos ocorridos nos ambientes e nas relações existentes.

De acordo com Marconi e Lakatos (2009, p. 269), “a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar os aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece uma análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc.”.

A formulação de dados desta pesquisa abordou um questionário presencial composto por perguntas distintas, para os sujeitos deste estudo, dos quais consistem em: três (03) professores que atuam no Programa Mais Educação, cinco (05) professores que possuem alunos que frequentam o programa, supervisora escolar (01) e gestoras escolares (02) da própria instituição.

A análise de dados terá por objetivo “[...] propor uma explicação do conjunto de dados reunidos a partir de uma conceitualização da realidade percebida ou observada” (CHIZZOTTI, 2006, p.69). Para isso, será baseada na Análise de Conteúdo, de acordo com Bardin (1977), que se trata de:

[u]m conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Ferreira (2003), a partir da abordagem de Bardin, relaciona as possibilidades de uso da Análise de Conteúdo:

A análise de conteúdo é usada quando se quer ir além dos significados, da leitura simples do real. Aplica-se a tudo que é dito em entrevistas ou depoimentos ou escrito em jornais, livros, textos ou panfletos, como também a imagens de filmes, desenhos, pinturas, cartazes, televisão e toda comunicação não verbal: gestos, posturas, comportamentos e outras expressões culturais.

Dessa forma, a análise das descrições sistemáticas do trabalho fornece informações complementares ao leitor, visando a alcançar uma compreensão de seus significados, que vai além da leitura comum, isto é, compreendendo os fenômenos através da dedução e intuição. (MORAES; 1999, p. 7-32)

O estudo documental foi desenvolvido com base no material sobre o Programa Mais Educação já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, o qual vem contribuir para complementar informações obtidas por outros métodos, com o intuito de utilizar subsídios relevantes para o objeto de estudo.

Considerando o caminho metodológico, buscou-se alcançar os objetivos propostos, refletir sobre a problematização e apresentar considerações relevantes ao tema proposto. Espera-se que elas possam se incluir ao vasto número de formulações que vem contribuindo para uma melhor compreensão e difusão dos desafios com a expansão da jornada escolar, especialmente na perspectiva de construção de uma educação de qualidade.

Além da introdução, o presente estudo será organizado em mais quatro seções, nas quais se buscou alcançar os objetivos propostos, refletir e compreender sobre a problematização e apresentar considerações do tema proposto. O primeiro é uma discussão sobre a educação na atualidade; o segundo faz uma análise entre a educação integral e as ações que o programa Mais Educação vem desenvolvendo no âmbito das políticas públicas; o terceiro é uma análise sobre os avanços obtidos com a implantação do Programa Mais Educação com o olhar voltado para a educação integral de qualidade em um contexto específico. Na quarta seção, são apresentadas argumentos, ideias principais e algumas conclusões desta pesquisa.

1. DA EDUCAÇÃO AO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

A educação é um processo tipicamente humano, que possui especificidade de formar cidadãos, por meios de ideias, teorias e valores, que vai influenciar decisivamente na vida de cada um.

É um processo que se realiza de forma intencional e integradora à organização do comportamento, determinado pela aquisição de conhecimentos, pela automatização de formas de atuação e pela interiorização de atitudes que lhe atribuem valor em seu conjunto e suas peculiaridades (GENTO, 1996).

A aprendizagem acontece desde o nascimento e continua ao longo de toda a vida. Ocorre em diferentes contextos: na família inicial; na escola; em espaços formais e informais. Nesse sentido, a educação escolar precisa ser repensada, de modo a considerar as crianças e os adolescentes sujeitos, considerando, todas as suas vivências, aprendizagens.

A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia, em 1990, instituiu-se como um marco direcionador do planejamento e efetivação de políticas educacionais no mundo. O foco principal da Declaração foi o apoio incondicional do acesso e permanência na Educação Básica, por meio da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos. Em sua dissertação de mestrado, Amaral (2010) explica que a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, em março de 1990, representou a tentativa de uma orientação para as reformas educacionais dos países pobres e populosos do mundo: educação para equidade social”.

Oliveira (2004) mostra que, para cumprir o compromisso estabelecido de expandir a educação básica, os países em desenvolvimento tiveram que pensar estratégias de elevação do nível de atendimento às populações sem, contudo, aumentar na mesma proporção os investimentos. A redução das desigualdades sociais deveria ser buscada a partir da expansão da educação, que permitiria às populações em situação vulnerável encontrar caminhos de sobrevivência.

Assim, a partir de 1990, a dinâmica do planejamento conduzida pelos órgãos governamentais acentua a educação como meio de inclusão social, sugerindo novas oportunidades sociais, demandando diferentes políticas públicas e sociais nas diferentes esferas (federal, estadual e municipal). O que tem se observado é que as políticas sociais, entre elas a educação, têm como estratégia o combate à pobreza, à

exclusão social e à marginalização cultural, o desenvolvimento sustentável, a ampliação dos direitos de cidadania e a democratização da sociedade.

Essas preocupações levantadas vêm transformando-se em políticas públicas educacionais, das quais o MEC e as secretarias estaduais e municipais de educação podem definir ações e direcionar os recursos técnicos e financeiros para escola. Um exemplo disto pode ser verificado através de programas, como é o caso do Programa da Merenda Escolar, Bolsa Família e o mais recente, o Programa Mais Educação como forma de educação em tempo integral. O documento *Texto referencial para o debate nacional sobre Educação Integral* (BRASIL, 2008c) afirma que a educação integral tem por finalidade universalizar o acesso, a permanência e a aprendizagem na escola pública, constituindo-se alicerce para o enfrentamento das desigualdades que persistem na educação brasileira.

Podemos destacar, nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE), que tem por objetivo principal promover o avanço da qualidade da educação brasileira, busca congrega uma visão sistêmica à educação, por meio de ações e programas. No contexto deste estudo, destacam-se o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e o Programa Mais Educação (PME). Este último citado traz uma proposta de ampliação do tempo escolar associado à oferta de novos métodos, saberes, processos e conteúdos educativos. É uma maneira de (re) pensar a educação por meio de práticas e de currículos diversificados.

Pensar em educação integral é repensar a gestão da escola, instituição responsável pela socialização das gerações mais novas e determinantes na preparação delas para o exercício da cidadania. Com isso, fica evidente que a sociedade está em constante mudança e conseqüentemente sua complexidade também aumenta; com isto, temos conhecimento do papel que a escola exerce neste processo. É de suma importância o estabelecimento do diálogo entre escola e a comunidade, visto que estas precisam estar em sintonia para compartilhar experiências, de ações e decisões.

O Programa Mais Educação pressupõe uma nova maneira de gerir a Educação, apresentando desafios para a escola como a gestão participativa, a relação intergovernamental e, no caso do Programa Mais Educação, a intersetorialidade. Esta última aparece com destaque na Portaria Normativa nº. 17/2007 (BRASIL, 2007), tanto na interlocução entre os Ministérios que a assinam, como na relação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Cavaliere (2010, p. 4) define a intersetorialidade como a “co-responsabilidade de todos os entes federados na implementação do Programa, afirmando a necessidade de planejamento territorial das ações intersetoriais, de modo a promover sua articulação no âmbito local.” A Educação em tempo integral e o trabalho articulado em rede exigem uma gestão visando à unidade de ação do estabelecimento de ensino, voltada a atingir os objetivos traçados, de acordo com os anseios e contexto da comunidade local.

De acordo com a Proposta Pedagógica (2012, p. 11) da escola em análise, “a escola pode e deve ser um espaço autônomo e de relações sociais, de respeito às diferenças e de construção de valores”, em que a ação coletiva esteja voltada à participação de todos no processo educativo, reconhecendo sua responsabilidade pelos serviços educacionais prestados à comunidade, visando à melhoria da qualidade do processo de ensino.

O Programa Mais Educação explana seu objetivo e finalidades em cultivar relações entre escola e comunidade, “promovendo a aproximação entre a escola, as famílias e as comunidades mediante atividades que visem a responsabilização e a interação com o processo educacional, integrando os equipamentos sociais e comunitários entre si e à vida escolar” (BRASIL, 2007).

O processo de construção da gestão democrática está assegurado na Constituição Federal (inciso VI do art. 206) e pela LDB (inciso VIII do art. 3.º), passando pela efetiva divisão o poder, enfatizando as decisões necessárias para a construção de um projeto, fazendo com que os atores sociais da comunidade escolar (alunos, pais, professores, funcionários, equipe diretiva) e comunidade local, possam construir, representando e respeitando as demandas e anseios da coletividade. Permitindo a consolidação do cidadão crítico, transformador da realidade social. É fazer com que os atores participem deste processo, fazendo parte desta ação, exercitando um direito de cidadania, responsabiliza-se quem o faz, sobre o que faz e o que necessita ser feito, nesse fazer conjunto ressalta o compromisso social arraigado em valores humanos que são públicos, democráticos, solidários e não devem expressar interesses individuais.

Entende-se que o Programa Mais Educação é capaz de contemplar os princípios da gestão democrática, da qual todos os agentes envolvidos participem ativamente das etapas – planejamento, execução e fiscalização – envolvidos no

projeto escolar, conforme prevê o artigo 14, da Lei de Diretrizes e Bases Para Educação (LDB) 9394/96:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Segundo Silva, K. e Silva, J. (2010, p. 4), “a educação [para o PMEd] deve se realizar pela gestão de parcerias entre escola, família, poder público, organizações sociais etc.” Nóbrega e Silva, J. afirmam que:

[...] para potencializar a construção da relação da escola com a comunidade o programa prevê que a direção fique com a incumbência de potencializar a participação de todos na gestão escolar, formando uma equipe democrática de trabalho, congregando sujeitos e agregando valores significativos. A gestão democrática segundo o documento é condição para a qualidade educativa [...] (2011, p. 14).

A participação de diferentes agentes no processo educacional coloca-se, na prática, como um grande desafio por ter-se que administrar as subjetividades e contradições de cada realidade. A partir disso, é importante vincular os saberes locais às possíveis parcerias, integrar a escola de forma a transbordar por seus arredores, ligando-se às parcerias locais.

Como sugere a proposta do Ministério da Educação, por meio de uma Gestão Intersetorial é que se dará a totalidade de conhecimento, de “ações integradas” e “intersetorialidade”. Ações integradas fazem referência à necessidade de participação da sociedade na educação, as parcerias com a família, com a comunidade, sociedade civil, organizações não governamentais. Intersetorialidade faz menção à necessidade de articulação interministerial e das políticas públicas locais para proporcionar novas oportunidades educativas. Sendo assim, o programa Mais Educação traz a intersetorialidade como elemento para a aquisição de conhecimento integral.

Essa gestão intersetorial aparece como possibilidade para a melhoria da educação, tendo em vista a troca e superação de desafios. Na esfera municipal, utilizar este novo caráter de gestão, indica que cada um poderá participar da definição de seus critérios de implementação, de acordo com a importância que se

tem em cada realidade. Para que a gestão intersetorial aconteça é indispensável administração, ou seja, “[...] a capacidade de comando e de direção” e ainda de implementação requerendo, do Estado, as competências para articular os diversos atores envolvidos com poder e legitimidade para fortalecer contextos democráticos e fazer com que “[...] se possa alcançar objetivos comuns a um menor custo, o que potencializa novas ações” (BRASIL, 2009b, p. 43).

Nessa perspectiva:

(...) entende-se que não se trata de afirmar a centralidade da escola em termos de sediar, exclusivamente, as ações e atividades que envolvem a educação integral.
[...] em uma comunidade de aprendizagem, todos os espaços são educadores – toda comunidade e a cidade com seus museus, igrejas, monumentos, locais como ruas, praças, lojas e diferentes locações – cabendo à escola articular projetos comuns para sua utilização e fruição considerando espaços, tempos, sujeitos e objetos do conhecimento.
(BRASIL, 2009c, p.35)

Para que seja possível a realização desta pesquisa, serão considerados documentos produzidos pelo MEC, tais como: Redes de Aprendizagem, Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): Razões, Princípios e Programas, (2007); boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender; Programa Mais Educação: gestão intersetorial no território. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, (2009); Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação que visa fomentar a ampliação da jornada escolar de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas em tempo integral (2007); Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional; Escolas públicas de tempo integral: uma idéia forte, uma experiência frágil. Educação brasileira e(m) tempo integral (2002); Desafios, avanços e limites do sistema educacional e da organização curricular no século XXI (2007).

2. A EDUCAÇÃO INTEGRAL E O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

A Educação Integral no Brasil é entendida como uma política pública a qual é constituída a partir de necessidades e demandas específicas da sociedade. Apesar de a política ser imperativa do Estado, ela faz parte de um contexto de luta e de tomada de decisões conduzida por vários objetivos e interesses, sejam eles econômicos ou sociais. Carvalho (2012) nos explica que política:

[...] é um conceito amplo, relativo ao poder em geral e a um processo de tomada de decisão a respeito de prioridades, metas e meios para alcançá-las. É imperativo ao Estado fazer escolhas quanto à área em que irá atuar, porque e como atuar (2012, p. 27).

As políticas são escolhas que representam direcionamento de ações e que podem ser mudadas conforme forças que se contrapõem. Conforme afirma Carvalho “políticas são um resultado provisório, do processo de negociação entre grupos e forças econômicas, sociais e políticas potencialmente conflitantes” (CARVALHO, 2012, p.31).

A formulação e a efetivação das políticas públicas não se concretizam de modo objetivo como é projetada. Uma política é formulada e implementada num processo contínuo de modificações e interferências das relações (econômicas) que geraram a necessidade de sua existência. As políticas “são procedimentos que vão acontecendo ao longo do processo, e que sofrem modificações e interferências dos diferentes setores envolvidos” (SANTOS, 2012, p.03).

É importante destacar que nenhuma política é neutra, ou seja, toda política tem a interferência de algum grupo social, seja ele qual for, e estas são criadas para amenizar os conflitos existentes na sociedade.

Cabe salientar que as modificações econômicas originadas pela força da globalização também atingem as instituições de ensino e fazem com que alguns aspectos relativos à estrutura escolar também sofressem modificações. Esses aspectos estão relacionados desde as questões administrativas às pedagógicas, visto que as cobranças da transformação requerem um novo perfil de aluno a ser formado pelas escolas. De acordo com Libâneo (2006, p.51):

Como instituição social educativa, a escola vem sendo questionada acerca de seu papel ante as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo. Elas decorrem, sobretudo, dos avanços tecnológicos, da reestruturação do sistema de produção e desenvolvimento, da compreensão do papel do Estado, das modificações nele operadas e das mudanças no sistema financeiro, na organização do trabalho e nos hábitos de consumo (...).

Notamos que a prática educativa é um processo que envolve a família e toda a sociedade. No entanto, ao abordarmos a educação escolar especificamente, a responsabilidade legal é do Estado que, por meio de políticas, deve promover ações para o desenvolvimento dos cidadãos. Nesse aspecto, considerando a educação como uma necessidade social, acredita-se que a escola em tempo integral é uma das possibilidades de atingirem este desenvolvimento, conforme é possível observar:

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino (BRASIL, 1996, p.31).

Para que a escola possa cumprir seu papel social, é necessário estipular uma ação educativa que garanta o direito à educação de qualidade, que considere e siga a evolução social, sem perder de vista os alcances socioculturais e educacionais acumuladas pelas gerações ao longo dos anos. A fim de atender a demanda social, o Governo Federal, a partir de 2001, passa a dar início a uma série de medidas voltadas para a formação da criança incluindo a educação em tempo integral. Nesse contexto, o Plano Nacional de Educação - PNE (2001) afirma a importância do tempo integral, incluindo metas destinadas ao ensino obrigatório e a ampliação progressiva da jornada escolar.

A escola, quando amplia seu foco de atuação, assume, simultaneamente, uma gama de papéis que a sociedade lhe impõe, intencionalmente ou não, cujo efeito venha a ser o de educar e o de proteger. Consciente desses novos desafios, a escola torna-se co-responsável por oferecer uma educação que seja integral, favorecendo para que a comunidade participe e as crianças tenham oportunidades de conviver com diversos formadores sociais, interagindo nos diversos espaços sócio-educativos existentes na comunidade, favorecendo uma vivência e

convivência significativa e comprometida com o bem comum. Veiga (2009) ressalta que, no contexto atual, o papel da escola vai além da função de ensinar, uma vez que:

A concepção de escola é outra. É preciso refletir sobre a criação de espaços e tempos escolares para colocar à disposição de todos os alunos o acesso aos bens culturais e a ocupação educativa dos tempos livres: mais tempo de escola para os alunos que carecem de adequadas estruturas familiares e das relações de vizinhança (VEIGA, 2009, p. 15).

No momento atual, atentamos para a necessidade urgente de uma progressão no âmbito educacional, isto no que se refere à questão de acesso da totalidade de crianças e jovens à escola, à evolução tecnológica, mas, especialmente no que se refere à modificação em relação ao tempo de permanência na escola, como, também, no tocante à qualidade em educação.

O Programa Mais Educação, instituído em abril de 2007, por meio de Portarias Interministeriais firmadas entre os Ministérios da Educação (MEC), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Esporte (ME) e da Cultura (MINC) e fomentado pelos Programas Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); tem por objetivo “fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contra turno escolar” (BRASIL, 2007, p.1). Conforme o parágrafo único do primeiro artigo o programa será implementado por meio:

[...] do apoio à realização, em escolas e outros espaços socioculturais, de ações sócio-educativas no contra turno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e a formação para a cidadania, incluindo perspectiva temática dos direitos humanos, consciência ambiental, nova tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal. Segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes (BRASIL, 2007, p.1)

Segundo a Portaria Governamental n.17/2007, o programa além dos objetivos anteriores tem como finalidades, oferecer a educação em tempo integral através de atividades a serem realizadas no contra turno escolar. Como já assinalado no PNE, o programa visa reduzir a evasão escolar, a reprovação, o analfabetismo através da execução de ações pedagógicas para a melhoria das condições de aproveitamento

e rendimento escolar, como, também, a prevenção e combate ao trabalho infantil, exploração sexual, e outras formas de violência de crianças e adolescentes.

O funcionamento do Programa acontece por meio de oficinas ministradas no contraturno escolar por professores, educadores populares, estudantes e agentes culturais (monitores, estudantes universitários). Oficinas que devem estar dentro dos macrocampos estipulados pela secretaria de educação, sendo eles: acompanhamento pedagógico; meio ambiente; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; educomunicação; investigação no campo das ciências da natureza; educação econômica (BRASIL, MEC, 2009, p.9). Como podemos visualizar nesta imagem, os macrocampos dos quais o Programa Mais Educação trata:



No que se refere aos espaços a serem ocupados por estas oficinas, o programa não prevê a ampliação das escolas e, sim, a busca de espaços alternativos onde possam ser desenvolvidas.

O Programa Mais Educação abre espaço para o trabalho dos profissionais da educação, dos educadores populares, estudantes e agentes culturais (monitores), observando-se a Lei nº 9.608/1998, que dispõe sobre o serviço voluntário. Trata-se de uma dinâmica fundadora de relações de solidariedade e confiança para construir redes de aprendizagem, capazes de influenciar positivamente o desenvolvimento

dos estudantes. Nessa dinâmica, reafirma-se a importância e o lugar dos professores e gestores das escolas públicas, o papel da escola, sobretudo porque se quer superar a frágil relação que hoje se estabelece entre a escola e a comunidade, expressa inclusive na conceituação de turno x contraturno, currículo x ação complementar. As atividades poderão ser acompanhadas por estudantes universitários, com formação específica nos macrocampos e com habilidades reconhecidas pela comunidade.

A escola tem papel de suma importância na educação integral, contudo fica clara a necessidade de articulação com outras políticas públicas que possam contribuir para a diversidade de vivências capazes de tornar a educação integral e em tempo integral não apenas uma experiência, mas uma proposta permanente nas escolas como foi instituído o Programa Mais Educação, no domínio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Porém, a educação integral implica considerar a questão do tempo referente à ampliação da jornada escolar, e o espaço, em relação ao espaço de que cada dispõe e o meio em que está inserida. O tempo e o espaço disponibilizado para a aquisição de conhecimento, vivência de novas experiências e a aprendizagem significativa, implica em uma reapropriação pedagógica de espaços da instituição escolar com a socialização, diálogo e colaboração da comunidade.

Alguns estudiosos do assunto avaliam que a qualidade de ensino está associada na relação entre o tempo e o espaço educativo. Da mesma forma que, se analisarmos que a ampliação da jornada escolar deva resultar em uma educação qualitativa, para outros, a extensão do horário escolar, por si só, não garante o incremento qualitativo do ensino, mas carrega essa possibilidade em potencial (CAVALIERI, 2002), ou seja, o compromisso com a educação deve partir de todos os envolvidos. E é nesse contexto que a educação integral surge como uma possibilidade capaz de dar um novo significado ao tempo e espaços escolares.

No que diz respeito à educação integral em tempo integral, a escola pode se organizar levando em consideração a participação do aluno, de modo a tentar suprir suas necessidades educativas e ampliar suas potencialidades de aprendizagem, tendo como foco a melhoria do seu desempenho escolar. Contudo, isso exigirá um projeto educativo voltado para a formação integral, profissionais em processo formativo permanente.

Essa ampliação de vínculo entre conhecimentos e saberes, exige-se também, a vivência de atividades pedagógicas amplificadora de experiências e instigadora de conhecimento em ambientes além dos escolares, utilizando-se, pedagogicamente, dos espaços públicos e comunitários disponíveis na comunidade.

Nesse sentido, Rosa (2011) afirma:

[...] a educação integral na escola de tempo integral que se faz necessária deverá ter como eixo norteador do planejamento e da ação educativa, bem como da formação de professores, a ideia da formação humana integral com vistas à emancipação individual e coletiva, fruto de um trabalho educativo emancipado (ROSA, 2011, p. 4).

Isso favorece os meios e possibilidades educativas que fortaleçam a participação de todos os segmentos sociais que contribuam para o estreitamento do laço de compromisso, responsabilidade e envolvimento da sociedade em prol da melhoria da educação.

A educação integral pressupõe a ideia de “formação completa do ser humano”, embora não haja definição sobre o que se convencionou chamar de “formação completa”, mas a educação integral em horário integral nos remete a complexidade do meio educacional, do qual a multiplicidade de funções da escola tem um grande desafio, ao mesmo tempo em que a instituição tem por finalidade como educadora, de maneira implícita, também protetora.

Nesse duplo desafio – educação/proteção – no contexto de uma Educação Integral em Tempo Integral ampliam-se as possibilidades de acolhimento, onde a escola assume uma abrangência que, para uns, a desfigura e, para outros, a consolida como um espaço realmente democrático. Nesse sentido, a escola pública passa a incorporar um conjunto de responsabilidades que não eram vistas como tipicamente escolares, mas que, se não estiverem garantidas, podem inviabilizar o trabalho pedagógico. Mediante complexidade da educação como integral, analisando o conceito da base legal, como uma proposta em formação em tempos e espaços sócio-históricos diferentes, como inspiradores de novas construções.

Rosa (2012) recupera no Programa Mais educação, a perspectiva de proposta de Gestão Democrática, em que todos os envolvidos no processo educacional têm participação ativa das etapas – planejamento, execução e fiscalização das ações da escola, o que permite estas parcerias propostas pelo programa. Acredita-se que à medida que as políticas públicas não dão conta de atender com qualidade a

educação fica sempre espaço para interferências de diferentes setores como é o caso da organização econômica de nossa sociedade.

Conforme já referido, a gestão democrática da educação está agregada ao estabelecimento de mecanismos legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: na formulação de políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. Igualmente a democratização do acesso e estratégias que abonem a permanência na escola, tendo como finalidade a universalização do ensino para toda a população. A escola requer que cada sujeito envolvido no processo educacional, se responsabilize pelas metas traçadas num processo de participação efetiva para o desenvolvimento das propostas a serem executadas. Neste contexto, a equipe escolar torna-se uma mola propulsora pela execução de uma política que promova o atendimento às necessidades e anseios dos que fazem a comunidade escolar. Com isto, a escola busca promover a gestão democrática como prática mediadora do trabalho pedagógico.

3. UMA ANÁLISE SOBRE AVANÇOS OBTIDOS, OS DESAFIOS E OS DESEJOS EM RELAÇÃO À PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE.

Com vistas à melhor compreensão do Programa Mais Educação optou-se por um estudo de caso para analisar os avanços e desafios que ele traz para uma comunidade escolar em seu cotidiano e, de forma mais ampla, perceber se realmente mais tempo na escola poderá resultar em uma educação de melhor qualidade. Assim, o contexto de pesquisa é uma escola do município de Arroio do Tigre, localizada na área urbana, atendendo crianças e jovens dos três principais bairros da cidade.

Além da pesquisa documental já discutida anteriormente, foi realizada entrevista com os profissionais da educação da rede municipal da referida escola em que foram sujeitos de estudo: 05 (cinco) professores de ensino fundamental da escola, 03 (três) professoras que integram a equipe diretiva e 03 (três) monitores do programa em desenvolvimento.

De acordo com a equipe diretiva e coordenadora do Programa Mais Educação da escola, o município de Arroio do Tigre, no Estado do Rio Grande do Sul, implantou o Programa Mais Educação a partir do ano de 2012. A matriz curricular e as oficinas ministradas são de acordo com os macrocampos estabelecidos pelo MEC, sendo letramento, teatro, brinquedoteca, esporte e lazer, leitura, matemática, cultura e artes e informática as principais oficinas. O desígnio da coordenação do programa aconteceu por indicação, por parte da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da qual é professora da rede municipal de educação com carga horária de 20 horas nesta escola. Segundo a coordenadora, a maior dificuldade encontrada na operacionalização do Programa é a falta de formação adequada dos monitores.

No município, os monitores que atuam no programa são professores da rede pública de educação do município, dos quais foram convidados e estudantes universitários, onde não recebem qualquer tipo de formação para o início das suas atividades no Programa. Sua contratação se dá por meio de análise do quadro de professores que possuem carga horária disponível ou estágios remunerados. No ano de implantação do programa no município não houve qualquer tipo de formação para coordenadores ou monitores, o que dificultou sua compreensão e dinamização

no espaço escolar. A seleção das atividades que serão desenvolvidas é de autonomia de cada escola, sendo desenvolvido em contra-turno escolar.

A participação no Programa não é de caráter obrigatório para os alunos. A escola faz um levantamento dos estudantes com características similares às apontadas no manual do Programa e encaminham aos seus responsáveis a proposta do Mais Educação. Quando os alunos ou os familiares não se interessam em fazer parte, segundo a coordenadora, os responsáveis assinam um termo de responsabilidade. Segundo o Passo-a-Passo do Programa, as características que os alunos devem possuir para participarem do programa são: estudantes que estão em situação de risco, vulnerabilidade social e sem assistência; – estudantes que congregam seus colegas – incentivadores e líderes positivos (âncoras); – estudantes em defasagem série/idade; – estudantes das séries finais da 1ª fase do ensino fundamental (4º / 5º anos), nas quais há uma maior evasão na transição para a 2ª fase; – estudantes das séries finais da 2ª fase do ensino fundamental (8º e/ou 9º anos), nas quais há um alto índice de abandono; – estudantes de séries onde são detectados índices de evasão e/ou repetência.

O Coordenador do Programa Mais Educação tem a responsabilidade de fiscalizar a evolução do Mais Educação na sua escola e também dos monitores com: relatórios de frequência e atividades realizadas. Aos monitores, por sua vez, tem o encargo de enviar mensalmente um relatório sobre as atividades que vem desenvolvendo.

O atendimento destas turmas deu-se em espaços e salas de aula disponíveis na escola. Além das salas de aula, utilizou-se ainda biblioteca, quadra de esportes, pátio e salões comunitários.

Por meio de observações, pôde-se averiguar que as condições de trabalho e de aprendizagem sofrem influências pelas condições físicas dos prédios escolares, que muitas vezes não suportam a quantidade de turmas, sendo necessário utilizar espaços alternativos como salas de aula em biblioteca, duas turmas em uma mesma sala, entre outros fatores; e a falta/troca de docentes e/ou estagiários disponíveis para o trabalho com os alunos.

A escola busca se organizar da melhor maneira, para atender aos alunos que terão que ficar nestas condições em período integral nas escolas, mas a quantidade de funcionários e de espaços disponíveis é insuficiente, para que o aluno possa ser atendido adequadamente conforme orientações. Outro ponto importante a destacar,

especialmente quando se trata diversidade de atividades e o oferecimento de atividades variadas no espaço escolar, na vigência do Programa Mais Educação, expõe a necessidade de se intensificar a discussão acerca da formação docente, nesta modalidade de ensino, no sentido de orientar e formar professores e demais profissionais quanto aos princípios, objetivos e metodologias desenvolvidos no âmbito da educação integral. Considerando que é uma modalidade que está sendo realizada há pouco tempo, seria fundamental uma formação para desenvolver com qualidade os objetivos desta modalidade de ensino.

Nota-se que as atividades desenvolvidas por meio do Projeto Mais Educação, são uma extensão de atividades esportivas, artísticas e/ou culturais sem estar interligado com o currículo escolar. Percebeu-se que, para os professores, a falha do Programa se dá, na não interlocução entre as dificuldades de aprendizagem dos alunos em sala de aula. Segundo os professores, não há um acompanhamento entre as dificuldades percebidas pelos mesmos nos alunos e o trabalho dessas dificuldades no Programa pelos monitores. Quando esse acompanhamento acontece, ocorre evasão de alunos pela não obrigatoriedade de participação no Programa Mais Educação. Outro ponto a ser destacado é a evasão por parte dos alunos na participação das oficinas, principalmente o desinteresse nas atividades propostas, sendo exceção quando as atividades são de cunho esportivo ou cultural; e a não assentimento do programa pela família.

Entende-se a educação integral, na perspectiva da cidadania das crianças e adolescentes conhecer que a educação é oportunidade para o aprendizado da convivência democrática, do reconhecimento das diferenças e do exercício da igualdade. Segundo GOUVEIA (2009, p.12) ressaltam-se pontos antes sem importância para as escolas como:

A convivência como fonte de novos modos de pertencimento e valorização das diferenças; a sensibilidade como forma de expressão e também como inerente à condição de aprendizado; a curiosidade como fonte de produção (e não mera reprodução) do conhecimento. Aprender a aprender torna-se um valor.

Constatamos assim que a aprendizagem é importante na operacionalização da educação integral. Nesse processo de aprendizagem é notável a importância que o professor deve dar a respeito do conhecimento que o aluno já possui, suas

vivências e opiniões. É necessário conhecer essas opiniões e partir delas ajudar os alunos a alcançarem uma compreensão mais madura.

Entende-se que a educação integral já foi idealizada como projetos especiais que sofreram descontinuidade e atualmente, este em execução como política pública.

Partindo dessas reflexões, acreditamos que as mudanças propostas pela Escola de Tempo Integral, principalmente, no que se refere a tempo e espaço escolar, só poderão transformar-se se forem concebidas por profissionais realmente envolvidos com a educação e dispostos a assumirem um anseio de mudança, de atitude e postura pessoal e profissional, com o enfoque na qualidade da educação.

Desse modo, entendemos que esta modalidade de ensino é a busca para uma educação pública e de qualidade para todos, como consta desde 1988, na Constituição Federal e vai ao encontro dos princípios da Gestão Democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação para o desenvolvimento da intervenção acerca do Programa Mais Educação, realizada em uma escola municipal de ensino fundamental na localidade de Arroio do Tigre, surgiu da inquietação voltada à efetivação da aprendizagem dos alunos e sua participação em projetos, como o Mais Educação. Sou professora desta escola e também tive experiência de trabalhar no programa, quando este foi implantado na escola.

Sabe-se que é um grande desafio refletir sobre a prática de ações educativas de forma democrática e participativa, contudo se faz mister criar novas condições de aprendizagens e compromisso em busca de uma transformação no setor educacional.

A escola possui uma função social e um compromisso com a sociedade. Diante desta realidade, o papel da escola precisou ser redefinido, não podendo ser mais vista somente como uma mera transmissora de conhecimentos sistematizados às futuras gerações. Este tipo de visão oculta a real colocação da escola, da qual tem o compromisso com a cidadania, a partir de que os sujeitos constroem conhecimentos, são atuantes e críticos na sociedade em que estão inseridos.

Refletir em educação integral é repensar a escola, instituição responsável pela socialização das gerações mais novas e determinantes na preparação delas para o exercício da cidadania. Contudo temos ciência que a escola sozinha não atingirá êxito nessa mudança, mas exercerá um forte papel neste processo. É necessário o estabelecimento do diálogo entre escolas e comunidades, o que torna abrangente a dimensão das experiências escolares na vida dos alunos. Escola e comunidade precisam estar em sintonia para situações de compartilhar, de ações e decisões. Isso se faz a partir de uma gestão escolar democrática.

O Programa Mais Educação do Governo Federal apresentou como uma estratégia para estimular a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. Sendo assim, a escola em parceria com a família, comunidade local e poder público buscam oportunizar espaços e atividades educativas que possam ampliar a permanência da criança em atividades ligadas à educação, esporte e lazer.

Todas essas ações vêm ao encontro das necessidades/carências da comunidade escolar local, que atende um público extremamente carente, cujas

crianças, em grande número, vivem em situação de vulnerabilidade, quer seja em relação aos maus-tratos e abusos que sofrem constantemente, à alimentação deficitária, à falta de espaços adequados para brincarem e/ou estudarem; enfim, por todo o contexto sócio-econômico do bairro onde a escola esta inserida, e principalmente, pela comercialização e uso de drogas, associadas às mais diversas formas de violência que banalizam os conceitos que as crianças/adolescentes têm do certo ou errado.

Assim, as ações do Programa Mais Educação vêm como mais uma alternativa na tentativa de minimizar os problemas sociais que o bairro vivencia, como uma opção para estimular o aprendizado e conseqüentemente melhorar o desempenho dos estudantes e também, como um estreitamento de laços e responsabilidades entre as crianças e adolescentes atendidos com a escola e a família.

Para que efetivamente cumpra sua finalidade, compete a essa instituição educativa resignificar suas ações políticas, administrativas, financeiras e pedagógicas, para que, de fato, ela seja um instrumento de transformação social, que forme cidadãos críticos quanto ao modo de pensar, agir, sentir e agir. Para que isso ocorra, faz-se necessário que haja uma intenção política por parte das políticas públicas, em que são necessários recursos de grande monta para implantação e implementação de uma proposta com a finalidade de ampliar tempos e espaços educativos nas escolas públicas de todo o país.

Não se pode pensar que a educação integral em tempo integral aconteça em espaços que foram planejados para uma jornada de tempo parcial, por isso, é necessário a criatividade e fazer parcerias com a comunidade local, para utilizar outras estruturas físicas além da escola, levar o aprendizado e os alunos para dentro das comunidades. Ampliar o espaço escolar e transformá-lo em um espaço para novas aprendizagens, esse é um ponto fundamental para se implantar uma proposta de educação integral em tempo integral, uma escola onde estudante, professores e demais profissionais da educação possam estar o dia inteiro, preparando e ministrando suas atividades com a finalidade primeira de educar integralmente, que possam ter formação adequada para atuar nesta modalidade, na perspectiva de que o acesso à educação pública seja complementado pelos processos de permanência e aprendizagem.

Isso fortalece os laços de compromisso, responsabilidade social e envolvimento da sociedade civil no cumprimento das políticas públicas, em prol da melhoria da

educação para todos, o que, diretamente, contribuirá para a redução das desigualdades sociais, pensarem as formas de educação ofertadas em nossa sociedade precisa ser um compromisso de todos, para todos.

5. REFERÊNCIAS

AMARAL, C.L. C. **À Procura de Pertença Profissional: As Interfaces do Trabalho nos Discursos de egressos (as) do Curso de Letras-Inglês da Universidade Federal de Santa Maria.** 2010. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria.

ANDRÉ, M. E. D. A. (1983). **Texto, contexto e significado:** algumas questões na análise de dados qualitativos. *Cadernos de Pesquisa*, (45): 66-71.

Bardin, L. (1977). **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal: Edições 70. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional.** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. **Portaria Normativa Interministerial nº 17**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 abr. 2007b.

_____. MEC. **Redes de Aprendizagem: boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender.** Brasília, DF: MEC, 2008. 103 p.

_____. MEC. **Programa Mais Educação: gestão intersetorial no território.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009a. 104 p.

CAVALIERE, Ana Maria; **Escolas públicas de tempo integral: uma idéia forte, uma experiência frágil.** In: CAVALIERE, A. M. e COELHO, L. M. C. Educação brasileira e(m) tempo integral. Petrópolis (RJ): vozes, 2002.

_____, Ana Maria; MAURICIO, L. V. **Práticas de ampliação da jornada escolar no ensino fundamental: sobre modelos e realidades.** In: Anais 34 reunião Anual da ANPED, 2011, Natal. Educação e justiça social. Natal: ANPED, 2011. v. 1.p.1-15. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT13/GT13-163%20int.pdf>>.

CELLARD, A. **A análise documental.** In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 8ªed. São Paulo: Cortez, 2006.

EGEA, Paula Carolina Milani.: **Educação Integral: o Programa Mais Educação na rede municipal de Maringá (2009-2011).** Artigo apresentado à Universidade Estadual de Maringá – UEM. Disponível em: http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos_2012/PAULA_MILANI_EGEA.PDF

FERREIRA, Jaime Ricardo.: **O programa mais educação: as repercussões da formação docente na prática escolar**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12355/1/2012_JaimeRicardoFerreira.pdf

FERREIRA, B. **Análise de Conteúdo**. <http://www.ulbra.br/psicologia/psi-dicas-art.htm>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da Escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

GOUVEIA, Maria Julia Azevedo. **Educação integral e intersectorialidade. Salto para o Futuro**. Ano XIX – Nº 13 – Outubro/2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: alternativa, 2004.

MARCONI, M. A. de; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica: Ciência e conhecimento. Métodos Científicos. Teoria, hipóteses e variáveis. Metodologia jurídica**. 5ª. Ed. Revista e Ampliada. São Paulo. Atlas. 2009.

MOLL, Jaqueline. **Histórias de vida, histórias de escola: elementos para uma pedagogia da cidade**. Petrópolis (RJ): vozes, 2000.

_____. **Desafios, avanços e limites do sistema educacional e da organização curricular no século XXI**. In: SCOCUGLIA, Afonso. Prefeitura Municipal de Gravataí. I Encontro Internacional de Educação: educação e direitos humanos. Gravataí: SMED, 2007, p.139-148.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NÓBREGA, S. A. ; SILVA, J. A. A. . **Formação continuada e valorização de educadores na educação integral: experiências no Brasil**. In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA - ALAS, 2011, Recife - PE. GT25 - Educação e desigualdade social, 2011. Disponível em: http://www.sistemasmart.com.br/alas/arquivos/alas_GT25_Simone_Andrade_Nobrega.pdf.

OLIVEIRA, D. A. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. Educação e Sociedade. v. 25, n.89, p.1127-1144, set./dez. 2004.

ROSA, Sandra Valéria Limonta. **Reflexões sobre a educação integral na perspectiva da escola unitária de Antonio Gramsci**. Disponível em: http://extras.ufg.br/uploads/248/original_4_ROSA_Sandra_Val_ria_Limonta.pdf.

PROJETO PEDAGÓGICO da Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Kipper, Arroio do Tigre/RS. 2012.

<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/JamersonAntoniodeAlmeidadaSilva-ComunicacaoOral-int.pdf>

<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1095/129>

<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/2666/gestao-democratica-escolar#ixzz3HXJnDI9K>

6. ANEXOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Questionário para monitores do Programa Mais Educação

- 1...Você considera que a sua formação inicial o preparou para atuar na educação integral?
- 2...Você considera que a modalidade de educação integral contribui para a melhoria do desempenho educacional dos estudantes?
- 3...Em sua opinião, as atividades desenvolvidas em turno integral são articuladas e integradas ao currículo escolar?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Questionário para professores

1. Qual a importância que a sua formação inicial apresenta para a sua trajetória profissional na escola?
2. Alguns alunos de sua turma estão participando de um programa de educação integral no contra turno escolar. Você considera que essa modalidade de ensino contribui para a melhoria do desempenho educacional dos estudantes?
3. Você percebe alguma diferença entre alunos que participam das oficinas do Programa Mais Educação com alunos que não participam?
4. Em sua opinião, as atividades desenvolvidas no período de permanência do aluno na escola, são articuladas e integradas?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**Questionário para gestores da escola
(Diretora, vice-diretora e supervisora escolar)**

1. Quais os desafios pedagógicos e financeiros devem ser superados para implantação do Programa Mais Educação?
2. Quais os desafios encontrados pelo gestor para conduzir um projeto como o Programa Mais Educação?
3. Você acredita que com a ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola os alunos têm um maior rendimento escolar?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Roteiro de perguntas para entrevista

1. Para você o que é educação integral?
2. Que tipo de formação continuada o MEC/SMEC desenvolveu com a implantação do Programa Mais Educação?
3. Como as escolas se adaptaram para aderir ao programa tendo em vista que são escolas que atendem no tempo parcial?
4. Em sua opinião, com a ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola os alunos têm um maior rendimento escolar?
5. Caso pudesse propor alterações, que temas de estudo você incluiria na proposta de formação continuada que poderiam contribuir para a melhoria da sua prática pedagógica?